

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.125.427
Preferenciais	0
Total	1.125.427
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	06/04/2020	Dividendo		Ordinária		377,00928

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	11.461.552	9.827.825
1.01	Ativo Circulante	3.016.819	2.013.611
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.064.392	74.323
1.01.03	Contas a Receber	1.438.614	1.339.776
1.01.03.01	Clientes	1.438.614	1.339.776
1.01.04	Estoques	25.080	24.628
1.01.06	Tributos a Recuperar	79.313	76.226
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	79.313	76.226
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	3.515	3.112
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	75.798	73.114
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	14.988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	409.420	483.670
1.01.08.03	Outros	409.420	483.670
1.01.08.03.01	Ativo financeiro Setorial	202.187	341.901
1.01.08.03.02	Outros Créditos	160.970	127.603
1.01.08.03.03	Derivativos	46.263	14.166
1.02	Ativo Não Circulante	8.444.733	7.814.214
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.381.783	4.740.146
1.02.01.04	Contas a Receber	116.456	127.151
1.02.01.04.01	Clientes	116.456	127.151
1.02.01.07	Tributos Diferidos	253.113	418.747
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	253.113	418.747
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.012.214	4.194.248
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	119.002	117.494
1.02.01.10.04	Outros tributos a compensar	89.151	88.691
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	3.977.596	3.801.382
1.02.01.10.07	Outros Créditos	242	672
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	2.565	2.565
1.02.01.10.09	Derivativos	823.658	183.444
1.02.04	Intangível	3.062.950	3.074.068
1.02.04.01	Intangíveis	3.062.950	3.074.068
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.585.868	2.628.911
1.02.04.01.03	Ativo contratual	477.082	445.157

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	11.461.552	9.827.825
2.01	Passivo Circulante	1.756.194	1.597.155
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.081	32.248
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.081	32.248
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	28.081	32.206
2.01.01.02.02	Entidade de previdência privada	0	42
2.01.02	Fornecedores	704.353	783.901
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	704.353	783.901
2.01.03	Obrigações Fiscais	158.973	184.456
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	72.249	103.958
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	27.452
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	9.523	9.715
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	44.036	44.929
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	6.573	9.323
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	12.117	12.539
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	86.724	80.498
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	86.724	80.498
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	561.861	259.247
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	422.028	242.854
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	150.042	128.741
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	271.986	114.113
2.01.04.02	Debêntures	139.833	16.393
2.01.05	Outras Obrigações	302.926	337.303
2.01.05.02	Outros	302.926	337.303
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	767	59.087
2.01.05.02.06	Outros contas a pagar	302.159	278.216
2.02	Passivo Não Circulante	5.446.809	4.280.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.738.147	3.582.543
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.506.407	2.202.148
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	670.487	695.730
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.835.920	1.506.418
2.02.01.02	Debêntures	1.231.740	1.380.395
2.02.02	Outras Obrigações	511.558	493.463
2.02.02.02	Outros	511.558	493.463
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	158.159	177.506
2.02.02.02.04	Passivo Financeiro Setorial	89.549	1.119
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	113.105	166.471
2.02.02.02.08	Fornecedor	150.745	148.247
2.02.02.02.09	Derivativos	0	120
2.02.04	Provisões	197.104	204.044
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	193.610	191.019
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.840	25.747
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	86.587	84.546
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	81.183	80.726
2.02.04.02	Outras Provisões	3.494	13.025

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	3.125	12.656
2.02.04.02.05	Outros	369	369
2.03	Patrimônio Líquido	4.258.549	3.950.620
2.03.01	Capital Social Realizado	2.809.820	2.809.820
2.03.02	Reservas de Capital	195.676	195.676
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	195.676	195.676
2.03.04	Reservas de Lucros	1.084.590	1.084.590
2.03.04.01	Reserva Legal	151.569	151.569
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	46.890	46.890
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.479	11.479
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	424.296	424.296
2.03.04.10	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	450.356	450.356
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	260.859	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-92.396	-139.466

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.072.970	2.004.576
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.566.339	-1.566.926
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.179.123	-1.249.291
3.02.02	Custo de Operação	-167.651	-155.016
3.02.03	Custo de Serviço Prestado a Terceiros	-219.565	-162.619
3.03	Resultado Bruto	506.631	437.650
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-165.095	-145.697
3.04.01	Despesas com Vendas	-63.716	-61.310
3.04.01.01	Amortização	-1.243	-665
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-23.171	-20.333
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-39.302	-40.312
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-64.307	-63.431
3.04.02.01	Amortização	-7.789	-4.986
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-56.518	-58.445
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37.072	-20.956
3.04.05.01	Amortização de Intangível da Concessão	-13.025	-13.025
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-24.047	-7.931
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	341.536	291.953
3.06	Resultado Financeiro	62.424	-27.594
3.06.01	Receitas Financeiras	129.394	42.643
3.06.02	Despesas Financeiras	-66.970	-70.237
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	403.960	264.359
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-143.101	-94.573
3.08.01	Corrente	-37.889	-25.177
3.08.02	Diferido	-105.212	-69.396
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	260.859	169.786
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	260.859	169.786
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	231,79000	150,86000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	260.859	169.786
4.02	Outros Resultados Abrangentes	47.070	68
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	32.971	1.901
4.02.04	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	14.099	-1.833
4.03	Resultado Abrangente do Período	307.929	169.854

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	287.700	577.399
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	462.567	413.969
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	403.961	264.358
6.01.01.02	Amortização	94.759	86.093
6.01.01.04	Provisões de riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórias	9.060	9.181
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.171	20.333
6.01.01.06	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	-95.605	24.015
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	3.639	2.506
6.01.01.09	Perda (ganho) na baixa de não circulante	23.582	7.483
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-106.417	264.986
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-111.352	-84.265
6.01.02.02	Tributos a compensar	-3.373	-5.608
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-696	2.388
6.01.02.05	Ativo financeiro setorial	150.188	62.430
6.01.02.06	Constas a receber - CDE	-13.801	3.224
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-45.639	13.602
6.01.02.08	Fornecedores	-77.050	279.757
6.01.02.09	Outras obrigações com entidades de previdência privada	-3.381	-1.705
6.01.02.10	Passivo financeiro setorial	80.496	-14.840
6.01.02.11	Outros tributos e contribuições sociais	2.185	-1.852
6.01.02.12	Taxas regulamentares	-58.319	-6.917
6.01.02.13	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-20.911	-16.537
6.01.02.14	Contas a pagar CDE	-45.081	7.741
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	40.317	27.568
6.01.03	Outros	-68.450	-101.556
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-27.841	-56.619
6.01.03.02	Encargos e dívidas e debêntures pagos	-40.609	-44.937
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-207.115	-157.358
6.02.01	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	374	7.086
6.02.02	Adições de intangível	-207.489	-164.444
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	909.484	-164.412
6.03.01	Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-17.238	-55.926
6.03.02	Liquidação de operações com derivativos	-2.055	-9.372
6.03.03	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	0	-26.795
6.03.04	Operações de mútuo com a controladora	0	-72.319
6.03.05	Captação de empréstimos e debêntures	928.777	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	990.069	255.629
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.323	245.073
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.064.392	500.702

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	260.859	47.070	307.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	260.859	0	260.859
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	47.070	47.070
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	0	0	0	0	14.099	14.099
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	32.971	32.971
5.07	Saldos Finais	2.809.820	195.676	1.084.590	260.859	-92.396	4.258.549

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	169.786	68	169.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	169.786	0	169.786
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	68	68
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos	0	0	0	0	1.901	1.901
5.05.02.07	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	0	-1.833	-1.833
5.07	Saldos Finais	2.788.106	217.390	784.782	169.786	-62.934	3.897.130

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	3.316.276	3.238.476
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.120.051	3.096.242
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	219.396	162.567
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-23.171	-20.333
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.652.625	-1.652.918
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.301.796	-1.377.530
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-134.491	-227.224
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-151.215	0
7.02.04	Outros	-65.123	-48.164
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.663.651	1.585.558
7.04	Retenções	-95.150	-86.490
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.124	-73.465
7.04.02	Outras	-13.026	-13.025
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.568.501	1.499.068
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	131.612	45.356
7.06.02	Receitas Financeiras	131.612	45.356
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.700.113	1.544.424
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.700.113	1.544.424
7.08.01	Pessoal	77.387	78.477
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.757	46.545
7.08.01.02	Benefícios	30.769	28.703
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.861	3.229
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.284.460	1.218.493
7.08.02.01	Federais	532.899	521.913
7.08.02.02	Estaduais	751.243	696.251
7.08.02.03	Municipais	318	329
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.407	77.668
7.08.03.01	Juros	69.276	71.999
7.08.03.02	Aluguéis	8.131	5.669
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	260.859	169.786
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	260.859	169.786

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul Distribuidora de Energia

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		
	2020	2019	%
Receita operacional bruta	3.339.446	3.258.808	2,5%
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.685.390	2.520.747	6,5%
Suprimento de energia elétrica	140.688	186.373	-24,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	219.395	162.567	35,0%
Outras receitas operacionais	524.656	436.712	20,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	(230.684)	(47.590)	384,7%
Deduções da receita operacional	(1.266.476)	(1.254.232)	1,0%
Receita operacional líquida	2.072.970	2.004.576	3,4%
Custo com energia elétrica	(1.179.123)	(1.249.291)	-5,6%
Energia comprada para revenda	(985.223)	(1.085.489)	-9,2%
Encargo de uso do sist transm distrib	(193.900)	(163.803)	18,4%
Custos e despesas operacionais	(552.312)	(463.333)	19,2%
Pessoal	(77.380)	(79.981)	-3,3%
Entidade de previdência privada	(3.639)	(2.506)	45,2%
Material	(17.600)	(15.693)	12,1%
Serviço de terceiros	(62.158)	(61.728)	0,7%
Amortização	(81.735)	(73.068)	11,9%
Amortização de intangível de concessão	(13.025)	(13.025)	(0)
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(219.395)	(162.567)	35,0%
Outros	(77.380)	(54.765)	41,3%
Resultado do serviço	341.536	291.952	17,0%
Resultado financeiro	62.424	(27.594)	-326,2%
Receitas financeiras	129.394	42.643	203,4%
Despesas financeiras	(66.970)	(70.237)	-4,7%
Resultado antes dos tributos	403.961	264.358	52,8%
Contribuição social	(37.889)	(25.177)	50,5%
Imposto de renda	(105.213)	(69.395)	51,6%
Resultado Líquido do Período	260.859	169.786	53,6%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	260.859	169.786	53,6%
EBITDA	436.296	378.046	15,4%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 24)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2020 foi de R\$ 3.339.446, apresentando aumento de 2,5% (R\$ 80.638) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.120.051, apresentando aumento de 0,8% (R\$ 23.809) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

Comentário do Desempenho

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 6,5% (R\$ 164.643), principalmente pelo aumento: (i) 6,8% na tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário de junho de 2019 de 10,05% (percepção do consumidor) e (ii) aumento de 2,6% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 24,5% (R\$ 45.685), principalmente por: (i) redução no volume de energia elétrica disponibilizada para outras Concessionárias e Permissionárias (R\$ 31.674) e (ii) redução na receita de energia elétrica de curto prazo (operações realizadas na CCEE), (R\$ 14.011), basicamente pela redução no volume de energia comercializado.
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 20,1% (R\$ 87.944) basicamente pelo aumento em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 62.562) em função principalmente do reajuste tarifário de junho de 2019 e pelo aumento no volume de energia transportada em 2,6%, bem como pela migração de clientes para o ambiente de contratação livre; (ii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 31.877); (iii) arrendamentos e alugueis (R\$ 2.650); compensados parcialmente pela redução em: (iv) subvenções baixa renda, descontos tarifários e subvenção de bandeiras tarifárias (CCRBT) com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 8.277).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução na receita de 384,7% (R\$ 183.093), basicamente pela redução do saldo de ativo em: (i) constituição de cva passiva no valor de (R\$ 141.134) , sendo: diferimento de custo de energia, Exp. CCEAR, risco hidrológico, neutralidade, Itaipu, CDE e outros itens tarifários e (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 41.960).

Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2020, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de -1,2% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 39,1% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou crescimento de 0,7% no 1º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 14,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -7,1% no 1º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete principalmente o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 9,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -15,2% no 1º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete principalmente o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 36,8% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram crescimento de 3,8% no 1º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que esse crescimento foi motivado principalmente por um aumento no consumo da classe rural.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve leve queda de -0,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresentou crescimento na classe residencial de 0,7%, e queda nas classes comercial de -2,4 e industrial de -4,5%. As demais classes de consumo apresentaram crescimento de 3,8%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2020 foram de R\$ 1.266.476 apresentando aumento de 1,0% (R\$ 12.243) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelos aumentos: (i) ICMS (R\$ 54.883); (ii) PROINFA (R\$ 1.375); compensado pela redução em (iii) CDE (R\$ 20.870); (iv) PIS e COFINS (R\$ 1.165), associado ao aumento (v) Bandeiras Tarifárias (R\$ 21.703).

Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2020 o custo com energia elétrica foi de R\$ 1.179.123 apresentando redução de 5,6% (R\$ 70.168) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

Comentário do Desempenho

Energia comprada para revenda: redução de 9,2% (R\$ 100.265) em função: (i) redução de 8,1% no preço médio (R\$ 88.291), justificado principalmente pela redução do ("PLD") e (ii) redução de 1,2% (R\$ 11.974) no volume de energia comprada.

Encargos do uso do sistema de distribuição: aumento de 18,4% (R\$ 30.097), impactado principalmente pelo aumento em: (i) Encargo de Serviço do Sistema (ESS) e Encargo de Energia de Reserva (EER) (liquido do repasse da CONER) (R\$ 21.936); (ii) Encargo da Rede Básica (R\$ 16.860); (iii) Encargo de Transporte de Itaipu (R\$ 1.201); (iv) Encargos de uso do Sistema de Distribuição (R\$ 506), compensado parcialmente pela redução em (v) Encargos de conexão (R\$ 7.338). Os Encargos de uso do sistema de distribuição ainda foram impactados pelo aumento nos créditos de PIS/COFINS (R\$ 3.067).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 552.312 no 1º trimestre de 2020, apresentando aumento de 19,2% (R\$ 88.979) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 332.915, apresentando aumento de 10,7% (R\$ 32.148).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 238.157 neste trimestre, aumento de 10,9% (R\$ 23.483) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** redução de 3,3% (R\$ 2.601), principalmente pela redução em : (i) desligamento (R\$ 1.713); (ii) horas extras (R\$ 1.294), compensados parcialmente pelos efeitos do reajuste salarial (acordo coletivo) ocorrido em novembro/2019 de 2,54%.
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 45,2% (R\$ 1.133), pelos registros dos impactos do laudo atuarial.
- iii. **Material:** aumento de 12,1% (R\$ 1.905), principalmente pelo aumento em: (i) manutenção de linhas e redes (R\$ 873), (ii) manutenção de máquinas e equipamentos (R\$ 165) e (iii) uniformes e equipamentos (R\$ 774).
- iv. **Serviços de terceiros:** aumento de 0,7% (R\$ 430), principalmente pelos aumentos em: (i) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 3.459); (ii) serviços de poda de árvores (R\$ 2.286); (iii) vigilância e segurança patrimonial (R\$ 1.119); (iv) auditoria e consultoria (R\$ 652); compensados pela redução em: (v) serviços terceirizados (R\$ 4.785) e (vi) outros serviços terceirizados (R\$ 2.282).
- v. **Outros:** aumento de 41,3% (R\$ 22.616), principalmente pelo aumento em: (i) perdas com alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 14.328); (ii) arrendamentos e alugueis (R\$ 3.371); (iii) provisão para crédito de liquidação duvidosa (R\$ 2.838) e (iv) baixa de principal e atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 1.771).

Amortização:

Aumento de despesa de amortização de 11,9% (R\$ 8.667), em função do acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR).

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou receita de R\$ 62.424, aumento de 17,0% (R\$ 90.018) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se aos seguintes fatores:

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 203,4% (R\$ 86.751), principalmente pelo aumento em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 89.408), basicamente pelas variações dos valores justos relacionado as mudanças do risco de créditos para as dividas captadas a partir de 1º de janeiro de 2020, que passaram a ser registradas no resultado do período; (ii) atualização monetária de faturas e parcelamentos (R\$ 4.265); (iii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 1.835); compensados parcialmente pela redução em: (iv) atualização de ativo/passivo financeiro setoriais (R\$ 5.415); (v) rendas de aplicações financeiras (R\$ 1.035) e (vi) atualizações de subsídios concedidos (R\$ 893).

- ii. **Despesas financeiras:** redução de 4,7% (R\$ 3.267), principalmente pelas reduções em: (i) encargos de dívidas, atualização monetária e cambial da dívida, MTM e derivativos no valor de (R\$ 3.036) e (ii) atualização de subsídios concedidos (R\$ 627), compensados parcialmente pelo aumento (iii) parcelamento de débitos (R\$ 346).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 1º trimestre de 2020, foram de R\$ 143.102, apresentando aumento de 51,3% (R\$ 48.529) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 1º trimestre de 2020, um lucro líquido de R\$ 260.859, com aumento de 53,6% (R\$ 91.073), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 1º trimestre de 2020, foi de R\$ 436.296, apresentando aumento de 15,4% (R\$ 58.250) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.064.392	74.323
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.438.614	1.339.776
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	3.515	3.112
Outros tributos a compensar	7	75.798	73.114
Derivativos	30	46.263	14.166
Ativo financeiro setorial	8	202.187	341.901
Estoques		25.080	24.628
Outros ativos	11	160.970	142.591
Total do circulante		3.016.819	2.013.611
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	116.456	127.151
Depósitos judiciais	20	119.002	117.494
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.565	2.565
Outros tributos a compensar	7	89.151	88.691
Derivativos	30	823.658	183.444
Créditos fiscais diferidos	9	253.113	418.747
Ativo financeiro da concessão	10	3.977.596	3.801.382
Outros ativos	11	242	672
Ativo contratual	12	477.082	445.157
Intangível	13	2.585.869	2.628.911
Total do não circulante		8.444.733	7.814.214
Total do ativo		11.461.552	9.827.825

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	14	704.353	783.901
Empréstimos e financiamentos	15	422.028	242.854
Debêntures	16	139.833	16.393
Entidade de previdência privada	17	-	42
Taxas regulamentares	18	767	59.087
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	27.452
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	158.973	157.004
Obrigações estimadas com pessoal		28.081	32.206
Outras contas a pagar	21	302.159	278.217
Total do circulante		1.756.194	1.597.156
Não circulante			
Fornecedores	14	150.745	148.247
Empréstimos e financiamentos	15	3.506.407	2.202.148
Debêntures	16	1.231.740	1.380.395
Entidade de previdência privada	17	158.159	177.506
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	197.104	204.044
Derivativos	30	-	120
Passivo financeiro setorial	8	89.549	1.119
Outras contas a pagar	21	113.105	166.471
Total do não circulante		5.446.809	4.280.050
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		2.809.820	2.809.820
Reserva de capital		195.676	195.676
Reserva legal		151.569	151.569
Reserva de retenção de lucros para investimento		46.890	46.890
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		450.356	450.356
Dividendo não distribuído		11.479	11.479
Dividendo		424.296	424.296
Resultado abrangente acumulado		(92.396)	(139.466)
Lucros acumulados		260.859	-
Total do patrimônio líquido		4.258.549	3.950.620
Total do passivo e do patrimônio líquido		11.461.552	9.827.825

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1° Trimestre 2020	1° Trimestre 2019
Receita operacional líquida	24	2.072.970	2.004.576
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(1.179.123)	(1.249.291)
Custo com operação	26	<u>(167.651)</u>	<u>(155.016)</u>
Amortização		(72.702)	(67.417)
Outros custos com operação		(94.949)	(87.599)
Custo com serviço prestado a terceiros	26	(219.565)	(162.619)
Lucro operacional bruto		506.631	437.650
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		<u>(63.716)</u>	<u>(61.310)</u>
Amortização		(1.243)	(665)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(23.171)	(20.333)
Outras despesas com vendas	26	(39.302)	(40.312)
Despesas gerais e administrativas		<u>(64.307)</u>	<u>(63.431)</u>
Amortização		(7.789)	(4.986)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(56.518)	(58.445)
Outras despesas operacionais		<u>(37.072)</u>	<u>(20.956)</u>
Amortização de intangível da concessão		(13.025)	(13.025)
Outras despesas operacionais	26	(24.047)	(7.931)
Resultado do serviço		341.536	291.952
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		129.394	42.643
Despesas financeiras		<u>(66.970)</u>	<u>(70.237)</u>
		62.424	(27.594)
Lucro antes dos tributos		403.961	264.358
Contribuição social	9	(37.889)	(25.177)
Imposto de renda	9	<u>(105.213)</u>	<u>(69.395)</u>
		(143.102)	(94.573)
Lucro líquido do período		<u>260.859</u>	<u>169.786</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinárias - R\$	22	231,79	150,86

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	<u>1º Trimestre 2020</u>	<u>1º Trimestre 2019</u>
Lucro líquido do período	260.859	169.786
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
- Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	14.099	(1.833)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	32.971	1.901
Resultado abrangente do período	<u><u>307.929</u></u>	<u><u>169.854</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2020
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital			Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído	Dividendo			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.809.820	195.676	151.569	46.890	450.356	11.479	424.296	(139.466)	-	3.950.620
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	260.859	260.859
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	14.099	-	14.099
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	32.971	-	32.971
Saldo em 31 de março de 2020	2.809.820	195.676	151.569	46.890	450.356	11.479	424.296	(92.396)	260.859	4.258.549

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2019
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital			Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído	Dividendo			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.788.106	217.390	120.369	46.890	450.356	11.479	155.688	(63.002)	-	3.727.276
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	169.786	169.786
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	1.901	-	1.901
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(1.833)	-	(1.833)
Saldo em 31 de março de 2019	2.788.106	217.390	120.369	46.890	450.356	11.479	155.688	(62.934)	169.786	3.897.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro antes dos tributos	403.961	264.358
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	94.759	86.093
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9.060	9.181
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.171	20.333
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(95.605)	24.015
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	3.639	2.506
Perda (ganho) na baixa de não circulante	23.582	7.483
	462.568	413.969
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(111.352)	(84.265)
Tributos a compensar	(3.373)	(5.608)
Depósitos judiciais	(696)	2.388
Ativo financeiro setorial	150.188	62.430
Contas a receber - CDE	(13.801)	3.224
Outros ativos operacionais	(45.639)	13.602
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(77.050)	279.757
Outros tributos e contribuições sociais	2.184	(1.852)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(3.381)	(1.705)
Taxas regulamentares	(58.319)	(6.917)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(20.911)	(16.537)
Passivo financeiro setorial	80.496	(14.840)
Contas a pagar - CDE	(45.081)	7.741
Outros passivos operacionais	40.317	27.567
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	356.150	678.954
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(40.609)	(44.937)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.841)	(56.619)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	287.700	577.398
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(39)	(121)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	413	7.207
Adições de ativo contratual	(207.489)	(164.444)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(207.115)	(157.358)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	928.777	-
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(17.238)	(55.926)
Liquidação de operações com derivativos	(2.055)	(9.372)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(26.795)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	(72.319)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	909.484	(164.412)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	990.069	255.629
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	74.323	245.073
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.064.392	500.702

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019
1 - Receita	3.316.276	3.238.476
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.120.051	3.096.242
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	219.395	162.567
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.171)	(20.333)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.652.625)	(1.652.918)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.301.796)	(1.377.530)
2.2 Material	(134.491)	(104.279)
2.3 Serviços de terceiros	(151.215)	(122.945)
2.4 Outros	(65.124)	(48.164)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.663.650	1.585.558
4 - Retenções	(95.149)	(86.490)
4.1 Amortização	(82.124)	(73.465)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(13.025)	(13.025)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.568.501	1.499.068
6 - Valor adicionado recebido em transferência	131.612	45.356
6.1 Receitas financeiras	131.612	45.356
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.700.113	1.544.424
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	77.387	78.479
8.1.1 Remuneração direta	43.757	46.545
8.1.2 Benefícios	30.769	28.703
8.1.3 F.G.T.S	2.862	3.230
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.284.460	1.218.493
8.2.1 Federais	532.899	521.913
8.2.2 Estaduais	751.243	696.251
8.2.3 Municipais	318	329
8.3 Remuneração de capital de terceiros	77.407	77.667
8.3.1 Juros	69.276	71.999
8.3.2 Aluguéis	8.131	5.669
8.4 Remuneração de capital próprio	260.859	169.786
8.4.1 Lucros retidos	260.859	169.786
	1.700.113	1.544.424

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 2,9 milhões de consumidores.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

Notas Explicativas

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário sendo que até o momento não há indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de uma possível retração macroeconômica e a consequente redução de consumo de energia. A expectativa inicial da Administração é que tais renegociações sejam direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas, sem expectativas de perdas relevantes nas respectivas receitas totais e consequentemente na recuperabilidade dos ativos;
- Monitoramento de eventual sobrecontratação da Companhia em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL). A expectativa da Administração é que a maior parte deste impacto seja temporal, até que a política de cortes seja reestabelecida e/ou novas eventuais ações de subsídios governamentais sejam implementadas.

Devido à relevância e complexidade dos assuntos sob a ótica regulatória, diversas destas questões estão sendo discutidas junto ao agente regulador, ANEEL.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seu negócio, para o trimestre findo em 31 de março de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2020 dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, e devem ser analisadas em conjunto.

Notas Explicativas

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 11 de maio de 2020.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis, base negativa, prejuízo fiscal e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 16 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);

Notas Explicativas

- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também é esperado nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Natureza e efeito das mudanças: instrumentos financeiros – passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento e podem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado. Para as captações realizadas no primeiro trimestre de 2020, a Companhia reconheceu as mudanças nos valores justos relacionados aos empréstimos em moeda estrangeira designados a valor justo exclusivamente a resultado, uma vez que não houve alterações relevantes atribuíveis ao seu risco de crédito nos componentes que formam o valor justo. Vide nota explicativa 15.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando

Notas Explicativas

disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa da Companhia que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos bancários	28.205	73.932
Aplicações financeiras	1.036.187	391
Título de crédito privado (a)	1.036.187	391
Total	<u>1.064.392</u>	<u>74.323</u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 1.036.187 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2019), (ii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 357 em 31 de dezembro de 2019, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,34% do CDI (100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2020	31/12/2019
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	328.819	197.734	16.493	543.046	490.319
Industrial	52.596	27.349	17.675	97.619	100.360
Comercial	104.097	37.653	16.678	158.427	161.200
Rural	68.742	24.904	7.591	101.237	91.471
Poder público	27.645	10.901	7.049	45.595	41.571
Iluminação pública	16.229	1.538	3.249	21.016	21.635
Serviço público	29.972	548	107	30.627	28.403
Faturado	628.100	300.627	68.842	997.567	934.959
Não faturado	429.470	-	-	429.470	392.699
Parcelamento de débito de consumidores	42.676	10.541	10.038	63.255	59.511
Operações realizadas na CCEE	4.305	-	-	4.305	5.972
Concessionárias, permissionárias e outros	27.824	-	-	27.824	25.095
	1.132.375	311.168	78.880	1.522.421	1.418.236
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(83.808)	(78.461)
Total				1.438.614	1.339.776
Não circulante					
Precatórios	62.118	-	-	62.118	64.227
Parcelamento de débito de consumidores	54.338	-	-	54.338	62.924
Total	116.456	-	-	116.456	127.151

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2019	(78.461)	(17.022)	(95.483)
Provisão revertida (constituída) líquida	(33.505)	39	(33.466)
Recuperação de receita	10.295	-	10.295
Baixa de contas a receber provisionadas	17.862	-	17.862
Saldo em 31/03/2020	(83.808)	(16.984)	(100.792)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.515	3.112
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.515	3.112
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.439	7.476
ICMS a compensar	63.992	62.311
Programa de integração social - PIS	589	582
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.720	2.688
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	8
Outros	48	48
Outros tributos a compensar	75.798	73.114
Total circulante	79.313	76.226
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.565	2.565
ICMS a compensar	83.969	83.531
Programa de integração social - PIS	805	801
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.706	3.688
Outros	671	671
Outros tributos a compensar	89.151	88.691
Total não circulante	91.716	91.256

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 31/03/2020		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	197.242	222.786	420.029	(88.423)	(123.676)	3.596	108.949	102.577	211.525
CVA (*)									
CDE (**)	7.837	57.727	65.564	42.779	(31.875)	1.030	51.184	26.313	77.497
Custos energia elétrica	(62.948)	130.676	67.728	(214.538)	(71.854)	(271)	(279.608)	60.673	(218.935)
ESS e EER (***)	(76.102)	(117.332)	(193.434)	(37.581)	63.542	(1.875)	(114.497)	(54.852)	(169.349)
Proinfa	-	5.838	5.838	(7.325)	(3.227)	(10)	(7.385)	2.662	(4.724)
Rede básica	46.823	(2.830)	43.993	26.322	1.566	441	73.606	(1.284)	72.322
Repasse de Itaipu	258.247	211.852	470.099	113.892	(115.585)	4.191	374.210	98.388	472.598
Transporte de Itaipu	9.303	7.833	17.136	3.136	(4.237)	164	12.537	3.661	16.198
Neutralidade dos encargos setoriais	24.232	(13.380)	10.852	(28.900)	7.162	153	(4.514)	(6.218)	(10.732)
Sobrecontratação	(10.150)	(57.598)	(67.747)	13.793	30.832	(227)	3.416	(26.766)	(23.350)
Outros componentes financeiros	(85.126)	5.878	(79.247)	(15.437)	(3.147)	(1.056)	(101.619)	2.732	(98.887)
Total	112.116	228.664	340.782	(103.860)	(126.824)	2.540	7.330	105.309	112.638
Ativo circulante			341.901						202.187
Passivo não circulante			(1.119)						(89.549)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Notas Explicativas

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1- Composição dos créditos fiscais:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	108.248	75.955
Benefício fiscal do intangível incorporado	43.216	43.746
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(90.528)	(14.909)
Subtotal	60.938	104.791
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	300.944	210.492
Benefício fiscal do intangível incorporado	142.693	144.878
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(251.460)	(41.414)
Subtotal	192.175	313.956
Total	<u>253.113</u>	<u>418.747</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado, bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2020 e 2019 a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11%.

Notas Explicativas

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/03/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17.699	49.165	18.333	50.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.547	26.519	9.071	25.196
Programas de P&D e eficiência energética	8.556	23.768	8.090	22.471
Provisão relacionada a pessoal	1.707	4.742	1.573	4.371
Marcação a Mercado- Derivativos	(9.294)	(25.816)	(4.420)	(12.278)
Marcação a Mercado- Dívidas	1.723	4.786	4.896	13.600
Derivativos	(68.568)	(190.465)	(13.188)	(36.633)
Registro da concessão - ajuste do intangível	2.379	6.608	2.457	6.826
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(60.842)	(169.005)	(55.454)	(154.040)
Perdas atuariais	(1.569)	(4.357)	(127)	(354)
Outros	(225)	(623)	1.006	2.794
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente				
Perdas atuariais	15.681	43.559	15.681	43.559
Marcação a Mercado- Derivativos	(422)	(1.173)	(157)	(435)
Marcação a Mercado- Dívidas	(6.901)	(19.168)	(2.670)	(7.417)
Total	(90.528)	(251.460)	(14.909)	(41.414)

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019:

	1º Trimestre 2020		1º Trimestre 2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	403.961	403.961	264.358	264.358
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	15.415	15.415	14.396	14.396
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.610	1.478	994	(1.174)
Base de cálculo	420.986	420.854	279.748	277.580
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(37.889)	(105.213)	(25.177)	(69.395)
Corrente	-	-	(13.122)	(35.356)
Diferido	(37.889)	(105.213)	(12.055)	(34.039)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2019	3.801.382
Transferência - ativo contratual	120.027
Transferência - intangível em serviço	1
Ajuste ao valor justo	61.529
Baixas	(5.343)
Saldo em 31/03/2020	3.977.596

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Notas Explicativas

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

No primeiro trimestre de 2020, o valor das baixas de R\$ 5.343 (R\$ 2.032 no primeiro trimestre de 2019) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 1.668 (R\$ 965 no primeiro trimestre de 2019) à baixa do ativo de R\$ 3.675 (R\$ 2.067 no primeiro trimestre de 2019).

(11) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Adiantamentos - fornecedores	695	33	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	60	68	11	461
Ordens em curso	49.624	54.133	-	-
Serviços prestados a terceiros	6.450	7.398	-	-
Despesas antecipadas	15.977	14.988	231	212
Contas a receber - CDE (*)	57.260	43.459	-	-
Adiantamentos a funcionários	10.750	5.607	-	-
Outros	37.138	33.927	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(16.984)	(17.022)	-	-
Total	160.970	142.591	242	672

(*) **Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 6.922 (R\$ 5.407 em 31 de dezembro de 2019), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 50.337 (R\$ 38.052 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 1.

(12) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2019	445.157
Adições (*)	210.566
Transferência - intangível em serviço	(58.614)
Transferência - ativo financeiro	(120.027)
Saldo em 31/03/2020	477.082

(*) Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(13) INTANGÍVEL**

	<u>Direito de concessão</u>			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2019	410.081	2.215.499	3.331	2.628.911
Custo histórico	1.923.048	5.244.727	37.643	7.205.418
Amortização acumulada	(1.512.967)	(3.029.228)	(34.312)	(4.576.507)
Amortização	(13.025)	(81.924)	(200)	(95.149)
Transferência - ativo contratual	-	58.614	-	58.614
Transferência - ativo financeiro	-	(1)	-	(1)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(6.505)	-	(6.505)
Saldo em 31/03/2020	397.056	2.185.683	3.130	2.585.869
Custo histórico	1.923.048	5.257.465	37.644	7.218.157
Amortização acumulada	(1.525.992)	(3.071.782)	(34.514)	(4.632.288)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(14) FORNECEDORES

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	6.301	724
Suprimento de energia elétrica	512.832	585.071
Encargos de uso da rede elétrica	81.782	79.664
Materiais e serviços	103.437	118.442
Total	<u>704.353</u>	<u>783.901</u>
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	109.027	107.220
Encargos de uso da rede elétrica	41.718	41.026
Total	<u>150.745</u>	<u>148.247</u>

Notas Explicativas**(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	57.451	-	(5.255)	559	-	(565)	52.189
Pós Fixado							
TJLP	38.075	-	(4.198)	650	-	(670)	33.856
IPCA	701.300	-	-	20.450	-	(8.021)	713.730
Selic	34.696	-	(3.871)	544	-	(212)	31.158
CDI	2.021	-	(2.047)	26	-	-	-
Outros	6.580	-	(1.867)	89	-	(89)	4.712
Total ao custo	840.122	-	(17.238)	22.317	-	(9.557)	835.644
Gastos com captação (*)	(15.652)	-	-	535	-	-	(15.117)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.165.647	928.777	-	14.887	492.189	(12.389)	2.589.110
Euro	455.023	-	-	1.077	117.774	(1.011)	572.862
Marcação a mercado	(138)	-	-	(53.927)	-	-	(54.065)
Total ao valor justo	1.620.532	928.777	-	(37.963)	609.963	(13.400)	3.107.906
Total	2.445.002	928.777	(17.238)	(15.111)	609.963	(22.957)	3.928.435
Circulante	242.854						422.028
Não circulante	2.202.148						3.506.407

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/03/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	(a)	51.674	56.337	2021 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	Pré fixado 5%		378	944	2013 a 2020	Fiança Bancária
FINAME	Pré fixado de 4,5% a 10%		136	170	2010 a 2021	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
			<u>52.189</u>	<u>57.451</u>		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08%		31.637	35.599	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	TJLP + 6%		2.219	2.476	2022	Fiança Bancária
			<u>33.856</u>	<u>38.075</u>		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(b)	31.158	34.696	2015 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
IPCA						
FINEM	TLP + 4,74%		713.730	701.300	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CDI						
Empréstimos bancários	CDI -1,25%		-	2.021	2020	Fiança da CPFL Energia
Outros						
Outros	RGR (6%)		4.712	6.580	2005 a 2023	Fianças bancárias, recebíveis e notas promissórias
Total moeda nacional			<u>835.644</u>	<u>840.122</u>		
Gastos com captação (*)			<u>(15.117)</u>	<u>(15.652)</u>		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%	(b)	419.038	161.689	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,84% a 3,65%		2.170.073	1.003.958	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			<u>2.589.110</u>	<u>1.165.647</u>		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro de 0,79% + 0,80%		572.862	455.023	2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			<u>(54.065)</u>	<u>(138)</u>		
Total moeda estrangeira			<u>3.107.906</u>	<u>1.620.532</u>		
Total			<u>3.928.435</u>	<u>2.445.002</u>		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, para as captações realizadas anteriormente a 01 de janeiro de 2020, que é registrado em outros resultados abrangentes. Para as captações realizadas a partir de 2020, toda a variação do valor justo destes passivos financeiros está registrada no resultado do período, uma vez que está atribuída a motivos não relacionados ao seu risco de crédito. Em 31 de março de 2020 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 54.065 (ganhos R\$ 138 em 31 de dezembro de 2019), acrescidos dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 79.365 (ganhos R\$ 13.684 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total não realizado de R\$ 133.430 (ganhos R\$ 13.822 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2021	1.609.840
2022	411.203
2023	423.704
2024	419.615
2025	545.558
2026 a 2027	150.654
Subtotal	3.560.574
Marcação a mercado	(54.167)
Total	3.506.407

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2020	Líquido dos gastos de captação					
Moeda Estrangeira								
Lei 4131	100.000	100.000	100.000	Semestral	Parcela única em janeiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,64%	USD + 2,64%
Lei 4131	418.280	418.280	418.280	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%
Lei 4131	185.000	185.000	185.000	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,87%	USD + Libor 3M + 0,87%
							USD + 1,84%	
Lei 4131	225.497	225.497	225.497	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	(1,94% em 03/2021)	USD + 1,84% (1,94% em 03/2021)
Total	928.777	928.777	928.777					

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2020, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(16) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2020
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	998.542	10.886	(6.976)	1.002.452
IPCA	145.901	3.552	(3.898)	145.555
Total ao custo	1.144.443	14.438	(10.874)	1.148.007
Gastos com captação (*)	(7.066)	400	-	(6.666)
Mensuradas ao valor justo				
Pós fixado				
IPCA	234.538	5.932	(6.778)	233.694
Marcação a mercado	24.873	(28.335)	-	(3.462)
Total ao valor justo	259.411	(22.403)	(6.778)	230.232
Total	1.396.788	(7.565)	(17.652)	1.371.573
Circulante	16.393			139.833
Não circulante	1.380.395			1.231.740

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/03/2019	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	De 107% a 114,50% do CDI	(a)	1.002.452	998.542	2021 a 2023	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,3473%	(b)	145.555	145.901	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			1.148.007	1.144.443		
Gastos com captação (*)			(6.666)	(7.066)		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80% (1)	(b)	233.694	234.538	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			(3.462)	24.873		
Total mensuradas ao valor justo			230.232	259.411		
Total			1.371.573	1.396.788		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Taxa efetiva a. a.:

(a) De 107,84% a 109,75% do CDI | CDI + 0,88%

(b) IPCA de + 5,49% a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de março de 2020 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 3.462 (perdas R\$ 24.873 em 31 de dezembro de 2019), acrescidos dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 28.591 (ganhos R\$ 37.171 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total não realizado de R\$ 32.053 (ganho total líquido de R\$ 12.298 em 31 de dezembro de 2019).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	123.799
2023	440.741
2024	557.204
2025	113.458
Subtotal	1.235.202
Marcação a mercado	(3.462)
Total	1.231.740

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada (“Fundação CEEE”), que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A), sendo conforme abaixo:

“Plano 1” (Plano Único da incorporada): Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997.

“Plano 2” (Plano Único da incorporadora): Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

17.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Notas Explicativas

	Plano 1	Plano 2
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	-	177.506
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(152)	3.791
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(1.841)	(1.508)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(42.872)	(70.055)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	47.658	47.724
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(2.093)	-
Passivo atuarial líquido em 31/03/2020	701	157.458
Não circulante	-	158.159

Neste trimestre, em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2019, especialmente relacionada aos impactos do isolamento social devido ao novo coronavírus (nota 31), os laudos atuariais foram atualizados para a data-base de 31 de março de 2020 e os respectivos saldos de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados refletindo em uma redução no montante de R\$ 21.639.

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Trimestre 2020		1º Trimestre 2019	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	(77)	561	46	588
Juros sobre obrigações atuariais	8.359	12.298	8.586	12.199
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.471)	(9.068)	(9.375)	(10.237)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	38	-	699	-
Total da despesa (receita)	(152)	3.791	(44)	2.550

Como decorrência da mudança do cenário macroeconômico, a estimativa de efeito para o resultado de 2020 também foi alterado (nota 1.1). A nova estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no restante do exercício de 2020, está apresentada a seguir:

**De 01/04/2020 a 31/12/2020 -
estimadas**

	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	53	1.312
Juros sobre obrigações atuariais	25.930	37.837
Rendimento esperado dos ativos do plano	(26.127)	(28.061)
Total da despesa (receita)	(144)	11.088

Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, nas datas do balanço foram:

Notas Explicativas

	(Plano 1 e 2)		
	31/03/2020	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,30% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,30% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,97% a.a.	5,97% a.a.	6,13% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/2020	31/12/2019
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	751	751
Bandeiras tarifárias e outros	17	58.336
Total	767	59.087

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	18.416
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	9.036
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	27.452
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	86.724	80.498
Programa de integração social - PIS	9.524	9.715
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	44.036	44.929
PIS/COFINS parcelamento	6.573	9.323
Outros	12.117	12.539
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	158.973	157.004
Total	158.973	184.456

Notas Explicativas**(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/03/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	86.587	51.570	84.546	50.645
Cíveis	81.183	29.271	80.726	28.926
Fiscais	25.840	38.160	25.747	37.924
Regulatórios	3.125	-	12.656	-
Outros	369	-	369	-
Total	197.104	119.002	204.044	117.494

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2020
Trabalhistas	84.546	4.102	(1.112)	(3.236)	2.288	86.587
Cíveis	80.726	7.332	(2.150)	(8.124)	3.399	81.183
Fiscais	25.747	194	(316)	-	214	25.840
Regulatórios	12.656	-	-	(9.551)	19	3.125
Outros	369	-	-	-	1	369
Total	204.044	11.628	(3.580)	(20.910)	5.923	197.104

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estavam assim representadas:

Notas Explicativas

	31/03/2020	31/12/2019	Principais causas
Trabalhistas	271.109	250.205	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	822.663	776.381	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.021.233	963.411	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	604.180	648.043	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	49.440	49.522	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	2.768.626	2.687.561	

Em Relação às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	41.732	35.050	52.197	51.332
Programa de eficiência energética - PEE	103.916	74.630	11.710	42.683
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	62.045	34.856	11.534	35.016
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	17.739	15.905	-	-
Adiantamentos	910	945	226	210
Descontos tarifários - CDE	17.861	62.943	-	-
Folha de pagamento	2.277	2.626	-	-
Participação nos lucros	20.277	15.443	1.647	1.647
Convênios de arrecadação	28.532	29.605	-	-
Outros	6.867	6.214	35.791	35.584
Total	302.159	278.217	113.105	166.471

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
Total	1.125.427	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	1º trimestre 2020	1º trimestre 2019
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	260.859	169.786
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	231,79	150,86

Para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2020	31/03/2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.458.171	2.414.653	1.604	1.593	1.374.470	1.306.744
Industrial	19.880	20.058	386	455	268.626	289.862
Comercial	177.799	179.484	601	647	514.456	515.268
Rural	250.959	248.695	627	544	273.253	221.780
Poderes públicos	21.407	20.831	98	96	79.402	74.020
Iluminação pública	449	441	142	141	59.599	55.589
Serviço público	3.554	3.459	126	119	86.856	73.871
Fornecimento faturado	2.932.219	2.887.621	3.585	3.596	2.656.663	2.537.133
Consumo próprio	228	237	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	28.728	(16.386)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.320.004)	(1.173.636)
Fornecimento de energia elétrica	2.932.447	2.887.858	3.587	3.597	1.365.387	1.347.111
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			516	554	141.295	172.969
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(23.416)	(27.099)
Energia elétrica de curto prazo			(3)	46	(607)	13.404
Suprimento de energia elétrica			513	600	117.272	159.274
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					1.343.420	1.200.735
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					257.515	194.953
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(20.488)	(19.566)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					219.395	162.567
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					(230.684)	(47.590)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					59.861	27.984
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					200.776	209.054
Outras receitas e rendas					26.993	24.287
Outras receitas operacionais					1.856.788	1.752.424
Total da receita operacional bruta					3.339.446	3.258.808
Deduções da receita operacional						
ICMS					(750.668)	(695.785)
PIS					(50.522)	(50.730)
COFINS					(232.707)	(233.665)
ISS					(83)	(92)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(260.011)	(280.881)
Programa de P & D e eficiência energética					(18.142)	(18.712)
PROINFA					(10.031)	(8.656)
Bandeiras tarifárias e outros					58.244	36.540
Outros					(2.555)	(2.252)
					(1.266.476)	(1.254.232)
Receita operacional líquida					2.072.970	2.004.576

Notas Explicativas

24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 24.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

24.2 - Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Em 11 de junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.557, relativo ao Reajuste Tarifário Anual ("RTA") que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia e da empresa incorporada a partir de 19 de junho de 2019, em 10,05%, sendo 0,05% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,00% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores da Companhia é de 1,72% e pelos consumidores da empresa incorporada é de 8,63%.

Em 17 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.385, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 18,45%, sendo 11,57% referentes ao reajuste tarifário econômico e 6,88% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 22,47%.

Por conta do agrupamento da concessão descrito na nota 1, em 2019 considera também os efeitos da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 da incorporada Rio Grande Energia S.A, autorizada pela ANEEL em 12 de junho de 2018 por meio da Resolução Homologatória ("REH") nº 2.401, onde suas tarifas foram em média, reajustadas em 21,27%, sendo 15,56% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 5,71% relativos aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 20,58% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado à Revisão Tarifária Anual ("RTA") ocorrida em 13 de junho de 2017. As novas tarifas estão em vigor para o período de 19 de junho de 2018 a 18 de junho de 2019.

24.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

Os detalhes referentes ao aporte CDE estão divulgados na nota 24.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

No primeiro trimestre de 2020, foi registrada receita de R\$ 200.776 (R\$ 209.054 no primeiro trimestre de 2019), sendo (i) R\$ 10.653 (R\$ 6.956 no primeiro trimestre de 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 169.709 (R\$ 175.653 no primeiro trimestre de 2019) referentes descontos tarifários e (iii) R\$ 3 (R\$ 118 no primeiro trimestre de 2019) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 20.411 (R\$ 26.327 no primeiro trimestre de 2019) de subvenção CCRBT.

24.4 – Conta de desenvolvimento energético ("CDE")

Os detalhes referentes a CDE estão divulgados na nota 24.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória ("REH") nº 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

Notas Explicativas**(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	863	855	288.245	206.873
PROINFA	81	83	21.428	30.268
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	3.937	4.001	767.406	950.353
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(91.856)	(102.005)
Subtotal	4.880	4.939	985.223	1.085.489
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			161.925	145.065
Encargos de transporte de itaipu			22.114	20.913
Encargos de conexão			22.888	30.226
Encargos de uso do sistema de distribuição			508	2
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			6.229	(15.707)
Crédito de PIS e COFINS			(19.763)	(16.696)
Subtotal			193.900	163.803
Total			1.179.123	1.249.291

(*) Conta de energia de reserva

Notas Explicativas

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais			Total		
							Gerais e administrativas		Outros			
	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019
Pessoal	42.142	45.799	-	-	19.367	20.071	15.871	14.111	-	-	77.380	79.981
Entidade de previdência privada	3.639	2.506	-	-	-	-	-	-	-	-	3.639	2.506
Material	13.575	14.321	48	21	2.960	1.931	1.017	(580)	-	-	17.600	15.693
Serviços de terceiros	30.253	22.270	122	32	9.344	10.454	22.439	28.973	-	-	62.158	61.728
Custos com construção da infraestrutura	-	-	219.395	162.567	-	-	-	-	-	-	219.395	162.567
Outros	5.340	2.702	-	-	7.631	7.857	17.190	15.942	24.047	7.931	54.208	34.432
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	7.466	7.686	-	-	-	-	7.466	7.686
Arrendamentos e aluguéis	5.009	2.699	-	-	-	-	2.756	1.940	-	-	7.765	4.639
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	798	1.154	-	-	798	1.154
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	11.744	12.076	-	-	11.744	12.076
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	232	217	-	-	232	217
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	23.582	7.483	23.582	7.483
Outros	331	3	-	-	165	171	1.660	555	465	448	2.621	1.177
Total	94.949	87.599	219.565	162.619	39.302	40.312	56.518	58.445	24.047	7.931	434.380	356.907

Notas Explicativas**(27) RESULTADO FINANCEIRO**

	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	4.818	5.852
Acréscimos e multas moratórias	24.500	22.665
Atualização de depósitos judiciais	812	1.214
Atualizações monetárias e cambiais	95.526	3.047
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	2.540	7.955
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.217)	(2.712)
Outros	3.416	4.621
Total	129.394	42.643
Despesas		
Encargos de dívidas	(44.713)	(45.993)
Atualizações monetárias e cambiais	(21.154)	(21.573)
(-) Juros capitalizados	2.688	2.053
Outros	(3.791)	(4.724)
Total	(66.970)	(70.237)
Resultado financeiro	62.424	(27.594)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos de ganhos líquidos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 667.426 no primeiro trimestre de 2020 (R\$ 27.716 no primeiro trimestre de 2019) (nota 30).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 28 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.592 (R\$ 932 no primeiro trimestre de 2019). Este valor é composto por R\$ 1.541 (R\$ 932 no primeiro trimestre de 2019) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 51 de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	31/12/2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	1.060	19.979	12.245

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	276	267	1.870	1.698	-	-	5.740	4.507
Companhia Piratininga de Força e Luz	121	135	1.464	1.406	-	-	4.120	4.059
Companhia Jaguari de Energia	49	42	116	59	-	-	111	118
CPFL Energia S.A.	11	12	-	-	-	-	(33)	(37)
	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	52	46	-	-	7	7	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	28	17
	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	19
	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	17	-	-	2	-
CPFL Energia S.A.	-	-	2	-	-	-	2	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	341	104	4.785	2.497	-	-	656	1.782
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.464	1.598	-	-	4.751	5.956
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	467	890	-	-	1.530	5.244
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	148	394	-	-	150	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	588	-	-	-	4.999
Nect Ser Adm Rec Hum Ltda	-	-	515	494	-	-	1.509	-
Nect Ser Adm Financ Ltda	-	-	323	342	-	-	995	-
Nect Ser Adm Sup Log Ltda	-	-	372	435	-	-	1.230	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	16	19	-	-	45	78
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	8	8	-	-	25	24
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	88	102	-	-	657	879
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	119	101	-	-	266	234
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	298	276	-	-	692	669
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.856	2.479	-	-	10.513	9.800
CPFL Renováveis - Consolidado	9	-	188	152	42	22	1.004	459
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	15	14
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	18	12
	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	232	217

(*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia R\$ 13.084 no primeiro trimestre de 2020 (R\$ 26.526 em 31 de dezembro de 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) GESTÃO DE RISCOS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo as informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/03/2020	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	1.064.392	1.064.392
Derivativos	30	(a)	Nível 2	869.921	869.921
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	3.977.596	3.977.596
Total				5.911.909	5.911.909
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	820.529	820.529
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	3.107.906	3.107.906
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.141.341	1.080.629
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	230.232	230.232
Total				5.300.008	5.239.296

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 82.262 no 1º trimestre de 2020 (uma perda de R\$ 419 no 1º trimestre de 2019).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2020, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro trimestre de 2020 foi de R\$ 61.529 (R\$ 28.973 no primeiro trimestre de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	693.765	693.765	621.634	72.131	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%) ou (1,84% a 3,65%)	99,80% a 116% do CDI ou CDI + 0,8% a 0,90%	mai/19 a fev/25	1.958.776
Empréstimos bancários - Lei 4.131	134.664	134.664	127.429	7.234	Euro + de 0,79 a 0,80%	103,5% a 105,8% do CDI	jun/21 a fev/22	444.130
	<u>828.428</u>	<u>828.428</u>	<u>749.063</u>	<u>79.365</u>				
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	41.492	41.492	12.901	28.591	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/24 a ago/25	219.600
Total	<u>869.921</u>	<u>869.921</u>	<u>761.965</u>	<u>107.956</u>				
Circulante	46.263							
Não circulante	823.658							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/03/2020
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	146.636	613.274	2.055	761.965
Marcação a mercado (*)	50.854	57.102	-	107.956
Total	197.490	670.376	2.055	869.921

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 57.102 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2019
Variação de taxas de juros	3.585	1.965	-	-
Marcação a mercado	(11.532)	4.704	2.952	290
Variação cambial	609.688	20.830	-	-
Marcação a mercado	65.683	217	(2)	(25)
Total	667.426	27.716	2.950	265

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores

Notas Explicativas

atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.559.797)		(84.002)	576.948	1.237.897
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	2.690.628		88.295	(606.435)	(1.301.166)
	130.831	baixa dolar	4.293	(29.487)	(63.269)
Instrumentos financeiros passivos	(548.110)		(19.890)	122.110	264.110
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	581.180		21.090	(129.478)	(280.045)
	33.070	baixa euro	1.200	(7.368)	(15.935)
Total	163.901		5.493	(36.855)	(79.204)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			1.592	(10.516)	(22.625)
Efeitos no resultado do período			3.901	(26.339)	(56.579)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 5,73 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,37 e R\$ 5,93 e a depreciação cambial de 3,28% e 3,63%, do dólar e

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.036.958				34.323	42.904	51.485
Instrumentos financeiros passivos	(1.002.452)				(33.181)	(41.476)	(49.772)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.661.951)				(88.111)	(110.138)	(132.166)
	(2.627.445)	alta CDI	5,42%	3,31%	(86.969)	(108.710)	(130.453)
Instrumentos financeiros passivos	(33.856)				(1.672)	(2.091)	(2.509)
	(33.856)	alta TJLP	5,72%	4,94%	(1.672)	(2.091)	(2.509)
Instrumentos financeiros passivos	(1.089.517)				(13.183)	(9.887)	(6.592)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	260.063				3.147	2.360	1.573
Ativo financeiro da concessão	3.977.596				48.129	36.097	24.064
	3.148.142	baixa IPCA	3,30%	1,21%	38.093	28.570	19.045
Ativos e passivos financeiros setoriais	112.638				3.728	2.796	1.864
Instrumentos financeiros passivos	(31.158)				(1.031)	(773)	(516)
	81.480	baixa SELIC	5,42%	3,31%	2.697	2.023	1.348
Total	568.321				(47.851)	(80.208)	(112.569)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					516	465	413
Efeitos no resultado do período					(48.367)	(80.673)	(112.982)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 36.040.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por muitos saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, foi calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe

Notas Explicativas

de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<u>Classe</u>	<u>Dias</u>	<u>Período</u>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default - PD”), Exposição na Inadimplência (“Exposure at Default - EAD”) e Perda Dada a Inadimplência (“Loss Given Default - LGD”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em default.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2020 e exercício de 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o primeiro trimestre 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Notas Explicativas

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(31) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 06 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2019 sem emissão de novas ações.

31.2 - Distribuição de Dividendo

Na AGO/E de 06 de abril de 2020 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) declaração de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 424.296 e (ii) dividendos intercalares de R\$ 168.500 declarado em agosto de 2019 e imputado o dividendo mínimo obrigatório.

31.3 Empréstimos e financiamentos – captação

Em abril de 2020 a Companhia contratou financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no montante de R\$ 1.485.619 os quais serão desembolsados até junho de 2023, com custo de IPCA + 4,27%, pagamento de juros trimestrais até junho 2023 e mensais juntamente com parcelas de amortização tendo o seu vencimento em 15 de abril de 2040.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

São Leopoldo - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 11 de maio de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027612/F

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2020.

São Leopoldo, 11 de maio de 2020.

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2020.

São Leopoldo, 11 de maio de 2020.

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade